



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,

CEP 56.330-340, Petrolina – PE

|                          |
|--------------------------|
| CODEVASF-PROTOCOLO-3ª/SR |
| Recebido em 24/09/18     |
| Às 16 : 48 Hs            |
| Rúbrica: [assinatura]    |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CODEVASF.**

|                          |
|--------------------------|
| CODEVASF-PROTOCOLO-3ª/SR |
| DOC. Nº 849/2018         |
| Recebido em 24/09/18     |
| Às 08 : 40 Hs            |
| Rúbrica: [assinatura]    |

Processo licitatório – edital nº. 35/2017

Referente ao processo nº. 59530.000967/18-83

**GILMARA PIRES GRANJA**, brasileira, solteira, engenheira agrícola e ambiental, inscrita no CPF sob o nº 086.606.414-18, portadora do RG de nº 1337614017 SSP BA, residente e domiciliada na Rua 49, nº 11, Rio Corrente, CEP 56312-145, na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco, vem, respeitosamente, por seu procurador, procuração em anexo, a presença de V. Sa. dentro do prazo legal e consubstanciado nos termos do edital da concorrência nº. 35/2017 e do § 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, pelos fatos e fundamentos que seguem:

#### **SÍNTESE FÁTICA:**

A Recorrente, tempestivamente, entregou os documentos de habilitação, contudo a mesma não foi declarada como habilitada no processo licitatório – Edital nº 35/2017, sob o argumento de que, não comprovou experiência exigida.

Porém, a presente recorrente atendendo integralmente as exigências editalícia, anexou a sua documentação de habilitação, declaração de Empresa Privada,

Rec. pelo pela 3ª GB

Em: 25/09/18 Às 08 Hs 12

[assinatura]  
Assinatura



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Contrato de Trabalho, carteira de trabalho, e declarações de participação em Programadas Institucionais de cunho prático/Científico, todos na área de agricultura irrigada, cumprindo, assim, com sua obrigação quanto a concorrência.

Ocorre que, de maneira desarrazoada, para total surpresa da Recorrente, a comissão julgadora, mesmo diante da documentação comprobatória de experiência nos mesmos termos do edital, optou por manter esta inabilitada para o processo de concorrência 35/2017.

Nestes termos, não resta outra forma senão socorrer-se a Vossa Autoridade para reanálise do presente processo bem como a sua modificação, tornando a Recorrente, ora peticionante, Habilitada no processo 35/2017 e, ato contínuo, tenha sua proposta financeira analisada.

## **DO DIREITO**

Inicialmente, no que tange a alegação supracitada, não há que se falar em inabilitação, afinal, concretizando o **PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO**, utilizado em todos os atos do poder público, não há que se falar em desclassificação da ora Peticionante, pois esta comprova sua experiência conforme exigido, havendo, no caso em tela, exacerbado formalismo não tipificado no instrumento editalício, o que, fere, automaticamente, aquele princípio (FORMALISMO MODERADO).

**RESUMIDAMENTE, O FORMALISMO MODERADO SE RELACIONA A PONDERAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E O DA SEGURANÇA JURÍDICA, OSTENTANDO IMPORTANTE FUNÇÃO NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DESCRITOS NO ART. 3º DA LEI DE LICITAÇÕES: BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, GARANTIA DA**





ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

## ISONOMIA E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.*

Neste sentido, se mostra sem qualquer fundamento jurídico a desqualificação da Sra. GILMARA PIRES GRANJA do processo licitatório na modalidade concorrência nº. 35/2017.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital".

Corroborando com todo o exposto acima, tem-se o posicionamento jurisprudencial, vejamos:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. INTERESSE MAIOR DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. INDEVIDA INABILITAÇÃO DE CONCORRENTE. ANULAÇÃO PARCIAL. PODER-DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. "A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório,



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta" (STJ: MS n. 5.869/DF, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 07.10.2002). 2. Considerando que, consoante previsto pelo próprio órgão emitente, a utilização do Certificado de Regularidade do FGTS para os fins previstos em lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site, uma vez verificada a autenticidade e a efetiva regularidade da empresa concorrente, configura excesso de **formalismo** a inabilitação da licitante que apresentou certificado com data de validade vencida, conforme reconheceu a própria Administração, havendo de prevalecer, no caso, o interesse público da melhor contratação. 3. Tendo em vista que, quanto ao comprovante de recolhimento da quantia de 5% (cinco por cento) da avaliação mínima, foi constatado que a empresa concorrente de fato havia apresentado o documento, tendo a comissão de licitação se equivocado quanto a sua falta, apresenta-se legítimo o ato da Administração que, no exercício do seu poder-dever de autotutela e em face da supremacia do interesse público, anulou o procedimento licitatório, na parte em que inabilitou a empresa por tal fundamento. 3. Sentença confirmada. 4. Apelação desprovida. **Processo** AC 00200427320084013800 0020042-73.2008.4.01.3800 **Órgão Julgador** SEXTA TURMA **Publicação** 26/10/2015 e-DJF1 P. 1705 **Julgamento** 5 de Outubro de 2015 **Relator** DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

**Ementa:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA. LICITAÇÃO. CLÁUSULA EDITALÍCIA. **FORMALISMO EXCESSIVO. EXIGÊNCIA SEM PREVISÃO LEGAL. ASPECTO FINALÍSTICO NÃO ATENDIDO. NÃO OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA AMPLA COMPETIÇÃO. ANULAÇÃO DO CERTAME.** REMESSA NÃO PROVIDA. I. Os arts. 3º e 40, da Lei n.º 8.666 /1993 prescrevem os requisitos para a elaboração do Edital de Convocação das licitações. II. Não se pode fazer **exigência** não prevista na lei e, com base nela, inabilitar ou





ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

desclassificar o licitante que deseja sagrar-se vencedor do certame. III - E desarrazoado o **formalismo** quando a desclassificação das empresas licitantes se dá em função de um documento não previsto em lei, ou quando se desconhece a sua finalidade. IV - Remessa não provida, para manter a sentença de base. **Processo** 178652007 MA **Orgão Julgador** MONTES ALTOS **Julgamento** 18 de Novembro de 2008 **Relator** MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. **EXIGÊNCIA EDITALÍCIA.** APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS REQUISITADOS, AINDA QUE POR OUTRA VIA. **FORMALISMO EXCESSIVO E CAPRICHOSO QUE DEVE SER AFASTADO.** SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ao contrário do alegado em sede administrativa e na decisão aqui sabatinada, houve comprovação de registro dos responsáveis técnicos da empresa agravante junto ao CREA, órgão a que são filiados os engenheiros. 2. Decretar-se a habilitação da licitante em sede de liminar, em que pese não ser impossível, não é recomendada, pois tem inegável natureza satisfativa. 3. Porém, de rigor a suspensão da licitação, até que se julgue, em sede exauriente, a ação mandamental. Agravo de Instrumento parcialmente provido. **Processo** AI 4873252 PR 0487325-2 **Orgão Julgador** 5ª Câmara Cível **Publicação** DJ: 2009.65 **Julgamento** 9 de Dezembro de 2008 **Relator** Rosene Arão de Cristo Pereira.

Não se mostra plausível a desclassificação e, conseqüente eliminação, da Recorrente, pois esta cumpriu integralmente as exigências do edital.

Vale salientar que, a Recorrente não deixou de apresentar documentação, ou não a detinha, pelo contrário, o que ocorre é uma distorção do quanto expresso no edital.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

Em justificativa, em resposta ao recurso, a comissão julgadora alega que “todos documentos como estágio apresentado, não é experiência e sim aprendizado”. (...) “Declarações e documentos particulares sem homologação do sindicato também não serão acatados pela comissão”.

Afim de facilitar a compreensão do tema e a incoerência do indeferimento ora combatido, segue o conceito de estágio extracurricular, como é o caso:

“O **estágio extracurricular** é a prática profissional que realiza um graduado para pôr em prática os seus conhecimentos e as suas competências. O estagiário é o aprendiz que leva a cabo esta prática com a intenção de obter experiência de campo, ao passo que quem se encarrega de o orientar e formar é um tutor”.

Como se percebe, o estágio há aquisição de experiência em determinada área, unindo a teoria com a prática. Entrementes, a comissão julgadora interpreta a função de estagiário unicamente como aprendiz, o que é uma distorção completa.

O edital do certame é claro ao determinar a comprovação de experiência na área rural/agrícola, não exigindo experiência profissional, nem tampouco, excluindo a exigência adquirida por meio de estágio, senão vejamos o item 6.2, sub 6.2.1., letra “h”:

h) **COMPROVANTE DA EXPERIÊNCIA** em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital. (grifo nosso)





ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

Indo ao encontro de todo o relatado, o edital é claro ao exigir apenas declarações de empresas, fazendo a exigência de que tais declarações constassem a responsabilidade perante a lei.

Ora nobre autoridade julgadora, estar-se diante de uma interpretação restritiva do edital nº. 35/2017, o que é expressamente rechaçado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência pátria.

Corroborando com o relatado acima, tem-se o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça-STJ, vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA.

**1. A INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NÃO DEVE SER RESTRITIVA.**

Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal.

3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do "ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrada ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão...", excessiva e sem



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

fundamento legal a inabilidade de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento ser vago e impreciso.

**4. Configura-se excesso de exigência, especialmente por a tanto não pedir o edital, inabilitar concorrente porque os administradores da licitante não assinaram em conjunto com a dos contadores o balanço da empresa.**

5. Segurança concedida."

(MS 5.779/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/9/1998, DJ 26/10/1998, p. 5.)

A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

No caso em tela a Recorrente não é a única prejudicada, pois perde a administração Pública igualmente, haja vista a possibilidade de alcançar propostas financeiras em quantias mais vultuosas.

Agravando ainda mais a situação bem como, confirmando todo o afirmado anteriormente, a comissão julgadora desconsiderou as declarações prestadas por não estarem homologadas pelo respectivo sindicato e a experiência demonstrada por meio da CTPS (carteira de trabalho) por não demonstrar quais as atividades desempenhadas:

"Declarações e documentos particulares sem homologação do sindicato também não serão acatados pela comissão. Carteira profissional não informa quais as atividades da mesma".

Neste momento não há que se falar em interpretação restritiva, mas sim em um total desrespeito/descumprimento ao certame, uma modificação as regras





ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

editais sem comunicação prévia nem justificação aos concorrentes, ferindo assim direito líquido e certo destes.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial". (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.)

Observe que não há qualquer exigência de homologação por parte de sindicato, exigindo exclusivamente declaração de empresa, seja ela de natureza privada ou pública, da mesma forma em que é exigido somente cópia da carteira de trabalho, conforme item 6.2, sub 6.2.1., letra "h" do edital 35/2017.

Da mesma forma é o entendimento dos nossos tribunais:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA  
- LIMINAR - DEFERIMENTO DE MEDIDA DE URGÊNCIA -  
DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA EM EDITAL -  
INEXISTÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS - AGRAVO DE  
INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO - PROVIMENTO. I - O  
princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na  
regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo seus termos  
serem observados até o final do certame, vez que vinculam as  
partes; II - agravo de instrumento provido.

(TJ-MA - AI: 283162005 MA, Relator: CLEONES CARVALHO  
CUNHA, Data de Julgamento: 19/04/2006, SAO LUIS)

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.  
REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR  
DE ILEGITIMIDADE RECURSAL, SUSCITADA PELO APELADO.  
REJEIÇÃO. MÉRITO. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA  
CONCESSIVA DA ORDEM. CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO





ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

SUBSTITUTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.  
DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL DO  
CERTAME. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO.  
DEMONSTRAÇÃO.

(TJ-RN - MS: 55243 RN 2008.005524-3, Relator: Juiz Nilson  
Cavalcanti (Convocado), Data de Julgamento: 06/11/2008, 2ª  
Câmara Cível)

Nestes termos, vê-se que a comissão julgadora fere princípios jurídicos bem como vai de encontro ao entendimento jurisprudencial, mantendo a inabilitação da Recorrente, conseqüentemente, causando prejuízo ao erário, devendo ser reconsiderada, para que declare a Recorrente como habilitada a participar do certame.

De forma subsidiária, apenas por amor ao debate, caso seja considerado o item 6.2, sub 6.2.1., letra “h” do edital 35/2017 como ambíguo ou com duplo sentido, o que não se acredita, a interpretação a ser utilizada seria para beneficiar a concorrente, ora peticionante, culminando na sua habilitação.

Senão, vejamos o posicionamento da nossa jurisprudência:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE  
SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PARA RESIDÊNCIA  
MÉDICA. ATRASO NA ENTREGA DE CURRÍCULO LATTES.  
FASE CLASSIFICATÓRIA. ELIMINAÇÃO DO CERTAME.  
AMBIGUIDADE DO EDITAL CONFIGURADA.  
INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO.  
RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.  
(Classe: Apelação, Número do Processo: 0330899-  
36.2013.8.05.0001, Relator (a): Livaldo Reaiche Raimundo  
Britto, Primeira Câmara Cível, Publicado em: 14/06/2016 )



**ANTUNES & ANTUNES**

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

(TJ-BA - APL: 03308993620138050001, Relator: Livaldo  
Reaiche Raimundo Britto, Primeira Câmara Cível, Data de  
Publicação: 14/06/2016)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO  
DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR. RECURSO  
ADMINISTRATIVO INADMITIDO EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE  
FOTOCÓPIA DA BIBLIOGRAFIA. AMBIGUIDADE DO EDITAL.  
INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CANDIDATO.  
CONHECIMENTO DO RECURSO. POSSIBILIDADE. - Se  
redação do edital é ambígua e não permite concluir se os  
documentos a serem juntados para admissão do recurso referem-  
se ao inteiro teor dos textos pesquisados ou somente a indicação  
das fontes, deve ser conhecido o recurso, em razão de ser a  
interpretação mais favorável ao candidato. - Não é razoável seja  
adotada a interpretação mais gravosa e que impede conhecimento  
do recurso, sob pena de se valorizar demasiadamente o  
formalismo em detrimento do direito material.

(TJ-MG - AI: 10024130414683001 MG, Relator: Alberto Vilas  
Boas, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Cíveis / 1ª  
CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/07/2013)

Nesta vereda, mesmo no caso de alegação de cláusula ambígua, o que não é,  
a interpretação a ser aplicada seria a que beneficiasse os concorrentes,  
justificando, mais uma vez, a declaração de habilitação da ora Recorrente, Sra.  
GILMARA PIRES GRANJA.

#### **DO NÃO PREJUÍZO A TERCEIROS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Vale a pena ressaltar que a declaração de habilitação ora Requerida e que faz  
jus a Recorrente, não causa prejuízo há terceiro concorrente, haja vista que, na  
condição de habilitada, a modificação inicial será a abertura do envelope e o





**ANTUNES & ANTUNES**

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

conhecimento da respectiva proposta financeira, não representando, inicialmente, modificação no resultado do certame.

Ora nobre autoridade, que prejuízo há para a sociedade? Quem é o terceiro lesado? Tais indagações não são respondidas, mas diametralmente oposta, se perguntar quem é o prejudicado pela inabilitação da Recorrente, imediatamente surge a resposta “a administração pública”.

Neste diapasão, por não haver prejuízo a terceiro, bem como qualquer inobservância aos mandamentos do edital, deve ser modificada a decisão da comissão julgadora, declarando habilitada senhora GILMARA PIRES GRANJA.

#### **DOS REQUERIMENTOS**

Por todo o exposto, Requer deste Ilustríssimo Senhor Presidente da CODEVASF que se digne a rever a decisão da comissão julgadora, para posterior modificação, declarando habilitada a ora Recorrente, Sra. GILMARA PIRES GRANJA.

**EMANOEL SILVA ANTUNES**

**OAB-PE 35.126**

**ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES**

**OAB/PE nº 38.599**

**JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO**



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

**OAB-PE 35.130**

**SAMILLA DUARTE DE SENA**

**OAB-PE 35.133**



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina - PE

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

**OUTORGANTE: GILMARA PIRES GRANJA**, brasileira, solteira, Engenheira Agrícola e Ambiental, devidamente inscrita no CPF sob o nº. 086.606.414-18 e RG nº. 1337614017 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua 49, 11, Rio Corrente, Petrolina-PE, CEP: 56.312-145, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores e advogados os Bacharéis.

**OUTORGADOS: SAMILLA DUARTE DE SENA**, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-PE nº 35.133, **JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº. 35.130, **EMANOEL SILVA ANTUNES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB-PE nº 35.126 e **ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES**, brasileira, casada, advogada, todos com escritório profissional na Rua Floriano Peixoto, nº 134, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE, onde recebe intimações, notificações e avisos de praxe, para o foro em geral em nome do outorgante representar perante qualquer Juízo, Instâncias ou Tribunais, Ministério Público Federal ou Estadual, promovendo quaisquer medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, podendo propor ações dos seus interesses e defendê-los nas contrárias, seguindo umas a outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, para o que lhe confere os poderes da **cláusula ad judicium**, bem como representar e defender perante auto de infração perante o, com os poderes especiais para transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, receber alvarás, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer os poderes ora conferidos em quem convier, com ou sem reservas de iguais poderes, o que dará por firme e valioso, como se presente estivesse.

Petrolina-PE, em 19 de setembro de 2018.

  
GILMARA PIRES GRANJA



OK

017642

59530.000967/18.83

PROTOCOLO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO  
FUNDADO EM 1960

NOME  
GILMARA PIRES GRANJA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
1337614017 SSP BA

CPF  
086.606.414-18

DATA NASCIMENTO  
27/05/1990

FILIAÇÃO  
GILMARIO GOUVEIA GRANJA  
A  
GISELDA PIRES GRANJA

PERMISSÃO  
AUG  
CAT. HAB.  
7.0

Nº REGISTRO  
06439582223

VALIDADE  
09/02/2020

Nº HABILITAÇÃO  
18/08/2015

OBSERVAÇÕES  
A

*Gilmara Pires Granja*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PETROLINA, PE

DATA EMISSÃO  
18/07/2017

*CHP* *Chelene Andreia Sousa Ribeiro*  
Diretor Presidente  
ASSINATURA DO EMISSOR

65013970641  
PE076274761

PERNAMBUCO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1482649190

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1482649190

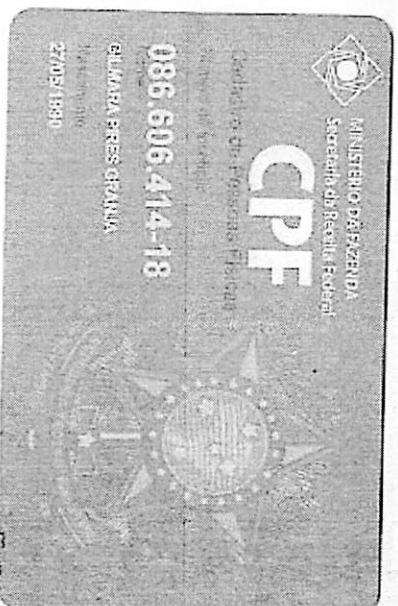
GRANJA, GILMARA PIRES GRANJA - 1337614017

Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que foi apresentada.

Petrolina, 25/06/2018 Ex test<sup>a</sup> da verdade.

Encl.: R\$ 2,90 TAXAS: R\$ 1,19 Total: R\$ 4,09  
Saulo Ruben de Lima Romão (Escritor) - Selo  
0074922.P1006201503.02593  
Autenticado por: Paulo Joel às 13:07:31

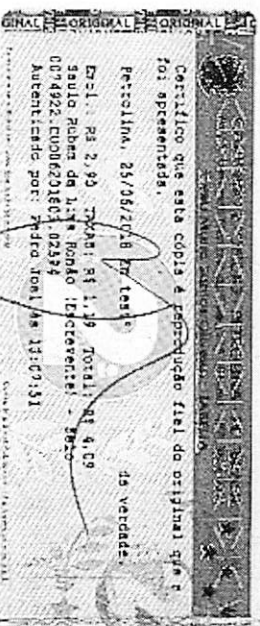
*[Handwritten signatures and marks]*



FORMA 017643

59530.000967/18, 83

PROTÓTIPO



[Signature]

[Signature]

[Signature]



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

FOMAR 017644

PROG 59530.000967/18.83

PROT 0010

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 086.606.414-18

Nome: GILMARA PIRES GRANJA

Data de Nascimento: 27/05/1990

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 11/01/2007

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 06:51:47 do dia 25/06/2018 (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: 2140.929B.2BC5.0FDA



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

*[Assinaturas manuais]*





AVENIDA CRUZ CABUGA - NÚM. 1387 - SANTO AMARO RECIFE PE  
CEP: 53040-000. Fone: (381) 3800 081 0135  
Inscrição Estadual: 18.1.001.0014398-2  
CNPJ: 39.759.835/0001-54  
Qualidade da Água: www.compesa.com.br

Nº Documento: 20180515479028

Escritório: PETROLINA

FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

DADOS DO CLIENTE

GILMARIO GOUVEIA GRANJA

R 40 RIO CORRENTE, N. 011 - - RIO CORRENTE PETROLINA PE 56300-000

INSCRIÇÃO: 111.835.480.0002.240

GRUPO: 7

MATRÍCULA:

01847902.8

05/2018-9

OPÇÃO DÉB. AUTOMÁTICO: 01847902.8

RETIÇÃO

RETIÇÃO PARA RETENÇÃO

| CONTAÇÃO ÁGUA  | CONTAÇÃO ESGOTO | RESIDENCIAL           | QUANTIDADE DE AMOSTRAS |
|--|-----------------|-----------------------|------------------------|
| LIGADO   | LIGADO          | 1                     | COMUNICADO             |
| 10/05/2018   | 10/05/2018      | 10/05/2018            | 10/05/2018             |
| ÁGUA   | ESGOTO          |                       |                        |
| LEIT. ANT.: 1370   | CONSUMO: 15     | LEIT. ANT.: 130       | VOLUME: 15             |
| LEIT. ATUAL: 1376  |                 | LEIT. ATUAL: 130      |                        |
| LEIT. FMT.: 1370   | ND PARADO       | LEIT. FMT.: 130       |                        |
| HISTÓRICO DE CONSUMO   |                 | HISTÓRICO DE AMOSTRAS |                        |
| REPERIÊNCIA/CONSUMO  |                 | ANÁLISES REALIZADAS   |                        |
| 04/2018  | 15/ 15          | A                     | 121                    |
| 05/2018  | 15/ 15          | A                     | 119                    |
| 06/2018  | 4/ 4            | A                     | 130                    |
| 07/2018  | 15/ 15          | A                     | 128                    |
| 08/2018  | 15/ 15          | A                     | 130                    |
| 09/2018  | 15/ 15          | A                     | 130                    |
| 10/2018  | 15/ 15          | A                     | 130                    |
| 11/2018  | 15/ 15          | A                     | 130                    |
| MÉDIA  | 15/ 15          | A                     | 130                    |
| PARÂMETROS   |                 | EXIG. PELA PORT.      |                        |
| TURBIDEZ   |                 | 130                   |                        |
| COR APARENTE   |                 | 130                   |                        |
| CLORO RESIDUAL   |                 | 130                   |                        |
| COLIFORMES TOTAIS  |                 | 130                   |                        |
| E. Coli  |                 | 130                   |                        |
| OBSERVAÇÕES: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA EM 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS.          |                 |                       |                        |
| (2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, RESIDUAL CLO R CLORO RESIDUAL, SÃO              |                 |                       |                        |
| INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA.  |                 |                       |                        |
| (3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO |                 |                       |                        |
| VISUAL DA ÁGUA.  |                 |                       |                        |

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

ATE 10 M3 - R\$ 41,30 (POR UNIDADE)

11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,74 POR M3

10 M3

41,30

5 M3

23,70

ESGOTO (80% DO VALOR DA ÁGUA)

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

ATE 10 M3 - R\$ 20,65 (POR UNIDADE)

11 M3 A 20 M3 - R\$ 2,72 POR M3

10 M3

20,65

5 M3

11,85

JUROS DE MORA

02/2018

0,62

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

|        |       |      |      |
|--------|-------|------|------|
| PIS    | 97,50 | 1,65 | 1,61 |
| COPINS | 97,50 | 7,60 | 7,41 |

VENCIMENTO

15/06/2018

TOTAL A PAGAR:

98,12

DICA NÃO AO TRABALHO INFANTIL DEDUQUE DISQUE 100

Serviço por:

INTERNET

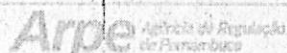
até 15/06/2018

25/06/2018



ATENDIMENTO: 0800-0810195

VAZAMENTOS: 0800-0810165



0800-2813844

MATRÍCULA:

01847902.8

05/2018-9

VENCIMENTO:

15/06/2018

TOTAL A PAGAR:

98,12

VIA COMPESA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

RECIBO 017646

59530.000967/18.83

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GILMARA PIRES GRANJA  
CPF: 086.606.414-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:14:29 do dia 12/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2018.

Código de controle da certidão: 891B.CF6D.1974.A51B

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

12/06/2018 16:14



Pernambuco

## CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2018.000007864332-97

Data de Emissão: 21/06/2018

## DADOS DO REQUERENTE

CPF: 086.606.414-18

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **18/09/2018** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

Forma nº 017647

59530.000967/18.83

PROTOCOLO





PREFEITURA MUNICIPAL PETROLINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CERTIDÃO DE DÉBITOS FISCAIS



PETROLINA

Nº 0000002691

FOMANº 1

017648

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Código / Nome

9669770 - GILMARA PIRES GRANJA

Endereço

RUA QUARENTA E NOVE, 11

SÃO GONÇALO PETROLINA-PE CEP: 56312195

No. Requerimento

0000002691/2018

Documento

PROTOCOLO

C.P.F.: 086.606.414-18

Natureza jurídica

Pessoa Física

Pessoa

59530.000967/18.83

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, em nome do(a) requerente, NÃO CONSTAM DÉBITOS, referentes a Tributos Municipais, do Contribuinte acima citado, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Ressalvando o direito de a SECRETARIA DA RECEITA cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima a serem apuradas.

PETROLINA-PE, 12 DE JUNHO DE 2018

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 10/08/2018

COD. VALIDAÇÃO 0000002691




017649

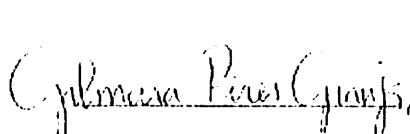
RESOLUÇÃO CTC N.º 1.364/2011

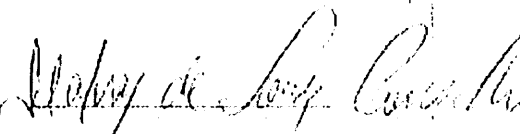
DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERCEPÇÃO DE RENDIMENTOS - DECORE (Resolução CTC n.º 1.364, de 25 de novembro de 2011)

|   |  |          |                      |                        |
|---|--|----------|----------------------|------------------------|
| <b>01. BENEFICIÁRIO</b>   |  |          |                      |                        |
| NOME  | GILMARA PIRES GRANJA   |          |                      |                        |
| CPF   | 086.606.414-18   | C.I      | 1337614017           | ORG. EXIL: SP/BAV/COLO |
| END.  | Dionízia Antonia de Souza  |          |                      | N.º 11                 |
| BAIRRO  | São Gonçalo  | CIDADE   | Petrolina            | UF PE                  |
| <b>02. RENDIMENTOS COMPROVADOS</b>  |  |          |                      |                        |
| <b>FORTE PAGADORA</b>   |  |          |                      |                        |
| NOME  | BIOPLAN CONSULTORIA LTDA ME  |          |                      |                        |
| CNPJ/CPF  | 20.022.367/0001-13   |          |                      |                        |
| NATUREZA  | Prestação de Serviços diversos ou comissões  |          | PERÍODO DE PERCEPÇÃO | 05/2018                |
| VALOR   | R\$ 3.000,00   |          |                      |                        |
| DOCUMENTAÇÃO BASE   | Escrição do livro ISSQN ou Nota Fiscal Avulsa do ISSQN e DARF do Imposto de Renda da Pessoa Física (camê lêo) com recolhimento feito regularmente. |          |                      |                        |
| <b>03. PROFISSIONAL DECLARANTE</b>  |  |          |                      |                        |
| NOME  | IDALVON DE SOUSA CARVALHO  |          |                      |                        |
| CATEGORIA   | Técnico em Contabilidade   | REG. CRC | PE-012756/O          |                        |
| <b>04. DESTINATÁRIO</b>   |  |          |                      |                        |
| NOME  | COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAIABA   |          |                      |                        |
| CPF/CNPJ  | 00.399.857/0001-26   |          |                      |                        |
| Declaramos, para fins de direito perante o destinatário desta declaração e a quem interessar possa, sob as penas da lei, especialmente, das previstas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro e, no inciso XIII do Artigo 24 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade - Resolução CTC n.º 1.370/11, que as informações acima transcritas constituem a expressão da verdade e que possuímos os documentos comprobatórios da presente DECORE. |  |          |                      |                        |

|   |   |
|---|---|
|  | <p>O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO - CRC-PE CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.</p> <p>Certidão n.º: 16.2018.FBFD.9010</p> <p>Validade: 18/09/2018</p> |
|   |   |

Recife - PE, 20 de junho de 2018

  
 GILMARA PIRES GRANJA  
 Assinatura do Beneficiário

  
 IDALVON DE SOUSA CARVALHO  
 Assinatura do Profissional de Contabilidade

Confirme a existência deste documento na página: <http://sistemas.cfc.org.br/Decore/Validacao>, mediante número de controle a seguir:

CPF: 199.874.043-91      Controle: 16.2018.FBFD.9010

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

As seguintes assinaturas estavam presentes no documento em 20/06/2018 16:13

Nome: IDALVON DE SOUSA CARVALHO:19987404391  
CPF: 199.874.043-91  
Data: 20/06/2018 16:13



Protocolo: 017650

Proc: 59530.000967/18.83

PROTOCOLO

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right area of the page. It appears to be a stylized name.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right area of the page. It is a cursive signature.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right area of the page. It is a cursive signature.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018

ANO-CALENDÁRIO 2017

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO  
DECLARAÇÃO RETIFICADORA Nº 1

## IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

|                                     |   |                        |
|-------------------------------------|---|------------------------|
| CPF do declarante<br>220.550.534-34 | Nome do declarante<br>GILMARIO GOUVEIA GRANJA | Telefone               |
| Endereço<br>RUA QUARENTA E NOVE     | Número<br>11                                  | Complemento            |
| Bairro/Distrito<br>SAO GONCALO      | CEP<br>56312-195                              | Município<br>PETROLINA |
|                                     |   | UF<br>PE               |

|                                     |                    |
|-------------------------------------|--------------------|
|                                     | (Valores em Reais) |
| TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS       | 28.200,00          |
| IMPOSTO DEVIDO                      | 0,00               |
| IMPOSTO A RESTITUIR                 | 0,00               |
| SALDO DO IMPOSTO A PAGAR            | 0,00               |
| IMPOSTO A PAGAR                     |                    |
| GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE | 0,00               |

RECIBO 017651

REC: 59530.000967/18.83

PROTOCOLO

Declaração recebida via Internet JV  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 06/06/2018 às 10:51:47  
4210846840

Sr(a) GILMARIO GOUVEIA GRANJA, inscrito no CPF sob o nº 220.550.534-34.

O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 06/06/2018, às 10:51:47, é:

36.57.41.71.96 - 24

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Declaração IRPF – Extrato:
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Dart) atualizados
  - Situação Fiscal:
    - informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2019, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

#### Informações sobre a Impressão do Dart

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a Impressão do Dart para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Dart será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/05/2018 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para impressão do Dart o contribuinte deve utilizar a opção **Declaração / Imprimir / Dart do IRPF** e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança de imposto a pagar, para impressão de Dart acesse o Portal e-CAC na página do site da RFB na internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em "Declarações e Demonstrativos", selecione a opção "Extrato do Processamento do DIRPF". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "Débitos" para consultar o "Demonstrativo de Débitos da Declaração". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "Impressão" para emitir o Dart do mês desejado.

017652

59530.000967/18.83

PROTOCOLO

**NOME:** GILMARIO GOUVEIA GRANJA

**CPF:** 220.550.534-34

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL**

**IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**  
**EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

**Nome:** GILMARIO GOUVEIA GRANJA

**CPF:** 220.550.534-34

**Data de Nascimento:** 11/02/1960

**Título Eleitoral:**

**Possui cônjuge ou companheiro(a)?** Sim

**CPF do cônjuge ou companheiro(a):** . . .

**Houve mudança de endereço?** Não

**Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental?** Não

**Endereço:** Rua QUARENTA E NOVE

**Número:** 11

**Complemento:**

**Bairro/Distrito:** SAO GONCALO

**Município:** Petrolina

**UF:** PE

**CEP:** 56312-195

**DDD/Telefone:**

**DDD/Celular:**

**E-mail:**

**Natureza da Ocupação:** 12 - Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador titular

**Ocupação Principal:** 519 Outros trabalhadores de serviços diversos

**Tipo de declaração:** Declaração Retificadora

**Nº do recibo da declaração anterior do exercício de 2018:** 416255765284

017653

58530.000967/18.83

PROTOCOLO

**DEPENDENTES**

Sem informações

**ALIMENTANDOS**

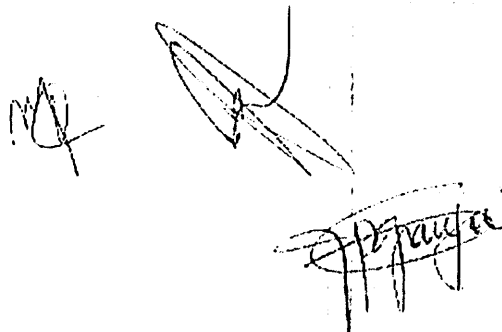
Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES**

Sem informações





NOME: GILMARIO GOUVEIA GRANJA

CPF: 220.550.534-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018

ANO-CALENDÁRIO 2017

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NIT/PIS/PASEP:

## RENDIMENTOS

|       | TRABALHO NÃO ASSALARIADO | ALUGUÉIS | OUTROS | EXTERIOR |
|-------|--------------------------|----------|--------|----------|
| Jan   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Fev   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Mar   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Abr   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Mai   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Jun   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Jul   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Ago   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Sep   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Out   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Nov   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| Dez   | 2.350,00                 | 0,00     | 0,00   | 0,00     |
| TOTAL | 28.200,00                | 0,00     | 0,00   | 0,00     |

## DEDUÇÕES

## CARNÊ-LEÃO

|       | PREVIDÊNCIA OFICIAL | DEPENDENTES | PENSÃO ALIMENTÍCIA | LIVRO CAIXA | DARF PAGO<br>CÓD. 0190 |
|-------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------------|
| Jan   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Fev   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Mar   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Abr   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Mai   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Jun   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Jul   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Ago   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Sep   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Out   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Nov   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| Dez   | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |
| TOTAL | 0,00                | 0,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00                   |

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

Sem informações

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

Sem informações

**NOME:** GILMARIO GOUVEIA GRANJA

**CPF:** 220.550.534-34

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL**

**IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**  
**EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017**

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**IMPOSTO PAGO / RETIDO**

Sem informações

**PAGAMENTOS EFETUADOS**

Sem informações

**DOAÇÕES EFETUADAS**

Sem informações

**DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

Sem informações

**DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

Sem informações

**ESPÓLIO**

Sem informações

**DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS**

Sem informações

017655

55530.00096718.83

PROTOCOLO

NOME: GILMARIO GOUVEIA GRANJA

CPF: 220.550.534-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

|   |           |
|---|-----------|
| Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular             | 0,00      |
| Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes        | 0,00      |
| Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular      | 28.200,00 |
| Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes | 0,00      |
| Recebidos acumuladamente pelo titular                 | 0,00      |
| Recebidos acumuladamente pelos dependentes            | 0,00      |
| Resultado tributável da Atividade Rural               | 0,00      |
| TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS                      | 28.200,00 |
| Desconto Simplificado                                 | 5.640,00  |
| Base de cálculo do Imposto                            | 22.560,00 |
| Imposto devido  | 0,00      |
| Imposto devido RRA                                    | 0,00      |
| Alíquota efetiva (%)                                  | 0,00      |
| Total do imposto devido                               | 0,00      |

IMPOSTO PAGO

|  |      |
|--|------|
| Imposto retido na fonte do titular           | 0,00 |
| Imp. retido na fonte dos dependentes         | 0,00 |
| Carnê-Leão do titular                        | 0,00 |
| Carnê-Leão dos dependentes                   | 0,00 |
| Imposto Complementar                         | 0,00 |
| Imposto pago no exterior                     | 0,00 |
| Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004) | 0,00 |
| Imposto retido RRA                           | 0,00 |
| Total do imposto pago                        | 0,00 |

IMPOSTO A RESTITUIR

0,00

SALDO IMPOSTO A PAGAR

0,00

PARCELAMENTO

|                  |      |
|------------------|------|
| Valor da quota   | 0,00 |
| Número de Quotas | 0    |

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: NÃO

Banco

Agência (sem DV)

Conta para crédito

017656

58530.000967/18.88

PROTOCOLO

MP

Handwritten signature

Handwritten signature



NOME: GILMARIO GOUVEIA GRANJA

CPF: 220.550.534-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e Direitos em 31/12/2016

Bens e Direitos em 31/12/2017

Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2016

Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2017

017657

59530.000967/18.00

0,00

0,00

0,00

0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

PROTÓCOLO

Rendimentos isentos e não tributáveis

0,00

Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva

0,00

Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa

0,00

Depósitos judiciais do imposto

0,00

Imposto pago sobre Ganhos de Capital

0,00

Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras

0,00

Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte

0,00

Imposto pago sobre Renda Variável

0,00

Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos

0,00

Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie

0,00

Imposto diferido dos Ganhos de Capital

0,00

Imposto devido sobre Ganhos de Capital

0,00

Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável

0,00

Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras

0,00

MP

*[Assinatura]*

017653

53530.000967/18, 83

PROTOCOLO

**ANEXO V  
DECLARAÇÃO DE VISITA**

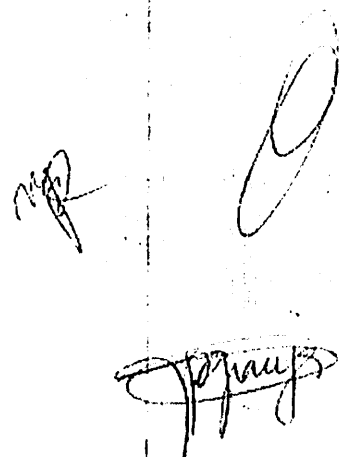
Eu, GILMARA PIRES GRANJA CPF n.º 086.606.414-18 declaro que no dia 11/05/2018 visitei o Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina/PE, e tenho conhecimento estudo do solo, sistema de condução e medição de água, da topografia do terreno, das vazões das unidades e outras, da forma operacional, sistema de canais, vazões da rede principal, secundária, parcelar da área do projeto.

Assino a presente declaração para fins constantes do Edital de Concorrência Pública nº 35/2017.

Petrolina/PE, 29 de maio de 2018.



Gilmara Pires Granja  
CPF: 086.606.414-18



017657

53530.000967/18.83

ESPOTONIL

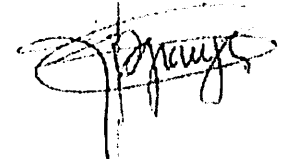
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE AGRICULTOR IRRIGANTE IMPEDIDO**

Eu, GILMARA PIRES GRANJA, portadora do RG n.º 13.376.140-17, expedida pela SSP-BA, inscrita no CPF sob o n.º 086.606.414-18, DECLARO para o fim específico de participação da seleção de irrigantes para ocupação do Projeto Público de Irrigação Pontal (Edital de Concorrência n.º 035/2017), não ser agricultor irrigante impedido, ou seja, não ter sido excluída de projeto público de irrigação implantado pela Codevasf, por inadimplência, ou ter tido unidade parcelar retomada no período inferior a 5 (cinco) anos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Petrolina/PE, 29 de maio de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Gilmara Pires Granja  
CPF: 086.606.414-18







017660


58530.000967/18.83

PROTOCOLO

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que Gilmar Pires Granja, inscrita sob o RG 1.337.614.017 SSP-BA e CPF 086.606.414-18, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, estagiou na empresa Santa Felicidade Agropecuária Ltda, CNPJ 01.892.725/0001-02, entre o período de 02/09/2010 à 04/04/2011, desempenhando funções com o apoio da supervisão de planejamento e gerenciamento das operações agrícolas, acompanhamento dos processos de irrigação, atuação na manutenção e cuidados da fazenda, acompanhamento dos colaboradores no desenvolvimento de suas atividades do dia a dia pertinentes ao curso.


Petrolina, 07 de abril de 2011.

  
Santa Felicidade Agropecuária Ltda  
CNPJ - 01.892.725/0001-02

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE PERNAMBUCO

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA

Reconheço por Semelhança a firma de: GUILHERME  
CRUZ DE SOUZA COELHO Petrolina, 22/06/2018  
13:08:59. Em testemunho de da verdade. Atendente  
Alef Henrique Conceição Noqueira de  
Tmol. 3,39, TSNR R\$ 0,80 PERC R\$ 0,40 ICS 0,20  
Total 4,79. Selo:0159566.YVL06201802.03433



# TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA

RECIBO . 017661

59539.600967/18.83

## DECLARAÇÃO

PROTOCOLO

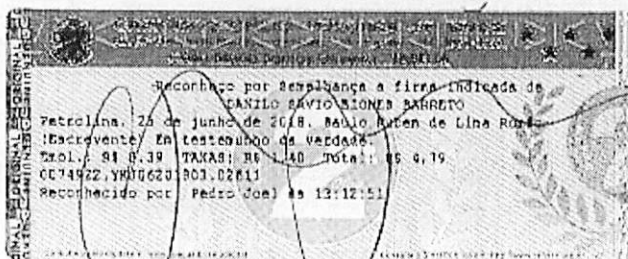
Declaro, para os devidos fins, que Gilmara Pires Granja, inscrita sob o RG 1.337.614.017 SSP-BA e CPF 086.606.414-18, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, estagiou na empresa agrícola Tecnoplan Engenharia Ltda, CNPJ 12.657.573/0001-71, entre o período de 02/05/2011 à 30/12/2011, desempenhando funções com o apoio da supervisão de planejamento e gerenciamento das operações agrícolas, acompanhamento dos processos de irrigação, atuação na manutenção e cuidados da fazenda, acompanhamento dos colaboradores no desenvolvimento de suas atividades do dia a dia pertinentes ao curso.



Petrolina, 05 de janeiro de 2012.

*João Sávio*

Tecnoplan Engenharia Ltda  
CNPJ: 12.657.573/0001-71



Estrada Petrolina – Pedrinhas, Km 22-PE  
Tel.: (087) 3861 2280

*Gilmara Pires Granja*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI  
DEPARTAMENTO DE PESQUISA - DP

Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina - PE  
CEP 56.304-205 - Petrolina – PE Tel/Fax: (87) 2101-6797 E-mail: pibic.prppg@univasf.edu.br

Formulário 017662

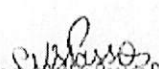
**DECLARAÇÃO**

Pibic 55530.000967/18.83

PROTOCOLO

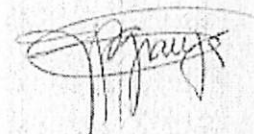
Declaro para os devidos fins, que **Gilmara Pires Granja**, foi aluna do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Vale do São Francisco, desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado "**ATRIBUTOS FÍSICOS E QUÍMICOS DE QUALIDADE DE ARGISSOLO VERMELHO AMARELO APÓS DOIS ANOS DE CULTIVO ORGÂNICO COM VIDEIRA DE VINHO**" sob a orientação da professora Nelci Olszewski, processo nº 114/2011, com vigência de janeiro a julho de 2012.

Petrolina, 20 de junho de 2018.

  
Cátia Valéria dos Santos Passos Brilo  
Coordenadora de Apoio aos Editais  
de Pesquisa e Iniciação Científica  
Matrícula SIAPE 1670382/UNIVASF











UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI  
DEPARTAMENTO DE PESQUISA - DP

Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina - PE  
CEP 56.304-205 - Petrolina – PE Tel/Fax: (87) 2101-6797 E-mail: pibic.prppg@univasf.edu.br

Forma 2

017663

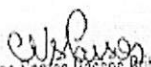
PROCT 59539.000967/18.83

DECLARAÇÃO

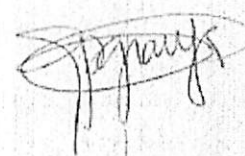
PROTOCOLO

Declaro para os devidos fins, que **Gilmara Pires Granja**, foi aluna do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Vale do São Francisco, desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado **“ATRIBUTOS FÍSICOS E QUÍMICOS DE ARGISSOLO APÓS TRÊS ANOS DE CULTIVO ORGÂNICO COM VIDEIRA DE VINHO”** sob a orientação da professora Nelci Olszewski, processo nº 195/2012, com vigência de agosto de 2012 a julho de 2013.

Petrolina, 20 de junho de 2018.

  
Cátia Valéria dos Santos Passos Brito  
Coordenadora de Apoio aos Editais  
de Pesquisa e Iniciação Científica  
Matrícula SIAPE 1670388/UNIVASF







83

Small



60

[illegible]

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| CARTEIRAS ANTERIORES<br>NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> |  | DOAÇÃO DE ÓRGÃOS (Data de 01/01/1991)<br>NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> |  |
| ALERGIAS<br>NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/>             |  | DOAÇÃO DE ÓRGÃOS<br>NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/>                      |  |

**CONTRATO DE TRABALHO**

Empresa SATER SERIA ASSIT TEC E EXTENS RUR  
CNPJ 18 141 960/0001-35  
End Rua Quinto de Novembro 64  
CEP 45223-570 Cidade Jequié BA  
Esp do estabelecimento Outras atividades profissionais  
Cargo: ENGENHEIRO AGRÍ E / CBO 222110  
Data admissão: 01/08/2015  
Registro nº 1 Folha 3  
Remuneração especificada R\$ 4.728,00  
Quatro Mil Setecentos e Vinte e Oito Reais

*2. Faltas Condições Especiais*

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

COD. DIVISÃO

COM. DIRETORIA

RECEBEMOS DA

DECLARACAO DE AUTENTICIDADE

Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que  
foi apresentado.

Autorizada: 25/06/2018 Da Direção

Emitido: 29/06/2018 Por: A. L. B.  
Assinatura: [assinatura] Cargo: Diretor Geral

Autenticado por: Pedro José M 13-07-18

O Certificado que esta cobria é processado fiel do original que n  
 30 apresentada.  
 Fortaleza, 22/06/2019 em parte  
 2000.- R\$ 2,90 TCCAP R\$ 1,13 Total: R\$ 4,03  
 Sécio Ruan de Lina Portia Nascimento - 9610  
 3014922-7/RYZHU1803.C1995  
 Autenticado por: Pedro Joel Af 131015  
 2a. Versão. 113

*Cylindrocapsa punctata*

0003960 0050 PE

128.6895T.33-5

017664



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AGRÍCOLA**

Avenida Antônio Carlos Magalhães Nº. 510 – Country Club  
CEP 48902-300 – Juazeiro / BA

Juazeiro, 25 de julho de 2018.

017665

**DECLARAÇÃO**

53530.000957/18.03

PROTOCOLO

Declaro, para devidos fins, que a aluna **Gilmara Pires Granja**, CPF 086.606.414-18 está devidamente matriculada no **Mestrado em Engenharia Agrícola**, com linha de pesquisa em **Engenharia de Água e Solo**, durante o período de julho de 2016 até o presente momento.

Profº DSc. Pedro Robinson Fernandes de Medeiros  
Coordenador do CPGEA  
UNIVASF

Prof. Pedro Robinson F. de Medeiros  
Coordenador do Mestrado  
em Engenharia Agrícola  
CRAUF 1355196

# CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

017666

## IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

53530.000867/18.83

**CONTRATANTE:** A empresa **BIOPLAN Consultoria LTDA ME**, com sede na Rua Doutor José Maria Nº 130 (Anexo-A), Centro, Petrolina-PE, CEP: 56.304-050, registrada no CNPJ sob nº 20.022.367/0001-13, aqui representada pelo seu sócio administrador: **Danilo Sávio Biones Barreto**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Agrônomo, portador do doc. de identidade nº. 04077170576 DETRAN-PE e CPF nº. 531.195.094-34, residente e domiciliado à Rua Petronila Ferreira Gomes, nº. 76, Loteamento Nossa Senhora Rainha dos Anjos - São José, Petrolina-PE, CEP: 56.302-770

**CONTRATADA:** Gilmara Pires Granja, brasileira, solteira, Engenheira Agrícola e Ambiental, Carteira de Identidade nº 13376140-17 SSP/BA, CPF nº. 086.606.414-18, residente e domiciliada na Rua 49, nº 11, bairro Rio Corrente, CEP: 56.312-145, Petrolina-PE, no Estado de Pernambuco.

*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Agrônômica, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.*

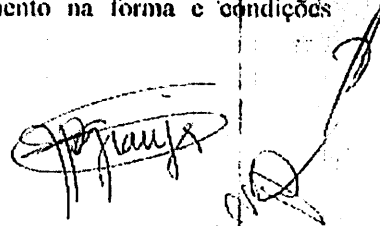
## DO OBJETO DO CONTRATO

**Cláusula 1ª.** É objeto do presente contrato a prestação do serviço de Engenharia Agrícola envolvendo Elaboração e gerenciamento de projetos em fruticultura irrigada; Serviços de Consultoria e Assistência Técnica no acompanhamento da implantação de projetos.

## OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**Cláusula 2ª.** O CONTRATANTE deverá fornecer a CONTRATADA todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue.

**Cláusula 3ª.** O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas na cláusula 6ª.



## OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 4ª. É dever da CONTRATADA oferecer ao contratante a cópia do presente instrumento, contendo todas as especificidades da prestação de serviço contratada.

Cláusula 5ª. A CONTRATADA, no início do mês seguinte a prestação de serviços, fornecerá recibos, referente a execução de serviços efetuados no mês anterior.

## DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O presente serviço será remunerado pela quantia mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente aos serviços efetivamente prestados, devendo ser pago em dinheiro ou cheque, ou outra forma de pagamento em que ocorra a prévia concordância de ambas as partes.

## DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 7ª. Fica compactuado entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre CONTRATADA e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.


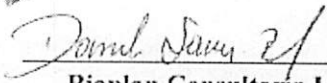
Cláusula 8ª. Este contrato terá início no dia 02 de janeiro de 2018 e vigorará por prazo indeterminado.


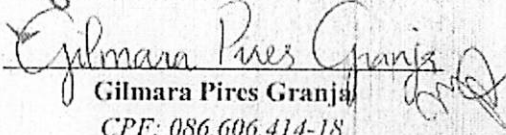
## DO FORO

Cláusula 9ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Petrolina-PE.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Petrolina, 02 de janeiro de 2018.

  
  
Bioplan Consultoria Ltda ME  
CNPJ: 20.022.367/0001-13  
Contratante

  
  
Gilmar Pires Granja  
CPF: 086.606.414-18  
Contratada



## DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins, que GILMARA PIRES GRANJA, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) participou, de forma voluntária na elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos de irrigação direcionados a pequenos produtores, em levantamentos topográficos, e em estudos e licenciamentos ambientais como diretora Vice-Presidente da Empresa Júnior de Engenharia Agrícola e Ambiental (EJEAGRI), CNPJ 10.507.307/0001-37, durante o período de novembro de 2012 a abril de 2015.

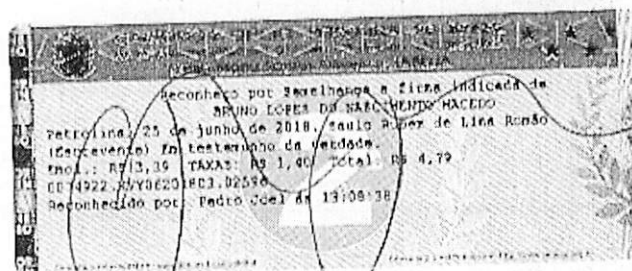
Juazeiro/BA, 06 de junho de 2018.

**CULTIVE Jr.**

Bruno Lopes do Nascimento Macedo

Diretor Presidente

Projetos e Consultorias Agrícolas e Ambientais





UNIVASF

Certificamos que Gilmara Pires Granja, portadora do CPF 086.606.414-18, desenvolveu atividades de iniciação científica e extensão no Centro de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga – CRAD/UNIVASF, na temática: Manejo de *Spondias Tuberosa* Arruda (Umbuzeiro) nas áreas de sequeiro, dos municípios de Juazeiro e Jaguarari - BA no período de abril/2009 até outubro/2011.

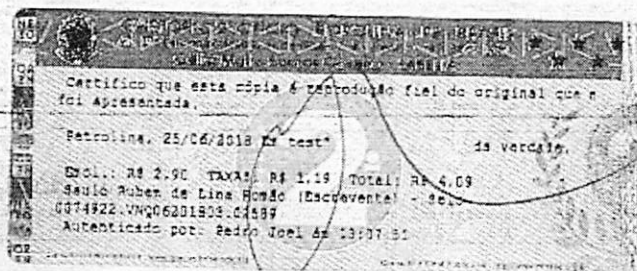
Considerando seu desempenho: (X) Excelente ( ) Bom ( ) Satisfatório

Petrolina, 20 de junho de 2018

Proc:

55530.000967/18.03

Forma 017669



*Maria Jaciane de Almeida Campeio*  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Jaciane de Almeida Campeio  
Vice-diretora CRAD/UNIVASF

017670

59530.000967/18.83



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA FEDERAL

PROTOCOLO

## CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 31592392018

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **GILMARA PIRES GRANJA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de GILMARIO GOUVEIA GRANJA e GISELDA PIRES GRANJA, nascido(a) aos 27/05/1990, natural de JUAZEIRO/BA. Documento de identificação 1337614017 SSP/BA. CPF 086.606.414-18.

### Observações:

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PI;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:09 de 12-06/2018



\*31592392018\*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
Gerência Geral da Polícia Científica  
Instituto de Identificação Tavares Buril  
UTICRIM

017671

53530.000887/18.83

PROTOCOLO

### Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2018061204112017

Nome: GILMARA PIRES GRANJA

Nome do Pai: GILMARIO GOUVEIA GRANJA

Nome da Mãe: GISELDA PIRES GRANJA

Data de Nascimento: 27/05/1990

Naturalidade: JUAZEIRO UF: BA

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ENGENHEIRA

RG: 1337614017 Órgão Emissor: SSP UF: BA Data de Expedição: 23/05/2002

Endereço:

49. 11, RIO CORRENTE,

56.312-145, PETROLINA-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em 12/06/2018 às 16:11:20 nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do Artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

#### Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

12/06/2018 16:11:20







**Consultas à Serasa realizadas ao mesmo documento**

NÃO CONSTAM INFORMAÇÕES

Simples consulta ao CPF (096.606.414-18) no cadastro da Serasa. Essa informação de consulta não significa negócio realizado, nem se confunde com anotação negativa no cadastro de inadimplentes.

**PROTOCOLO DA CONSULTA : 158841**

"A decisão da aprovação ou não do crédito é de exclusiva responsabilidade do concedente. As informações prestadas pela Serasa Experian têm como objetivo subsidiar essas decisões e, em hipótese alguma, devem ser utilizadas como justificativa pelo concedente em crédito para a tomada da referida decisão."

Imprimir

Salvar em PDF


Ser SP é 201.20.72.162

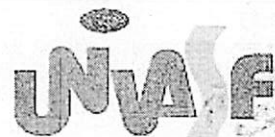
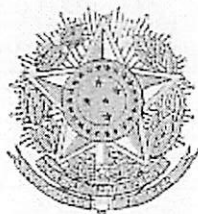
2018 Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

017673

09530.000967/18.88

PROTOCOLO





# Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, no uso de suas atribuições  
tendo em vista a conclusão do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental e a colação de grau  
em 11 de abril de 2015, confere o título de

Bacharela em Engenharia Agrícola e Ambiental a

**Gilmara Pires Granja**

brasileira, natural do Estado da Bahia, nascida a 27 de maio de 1990,

R.G. nº 1337614017 - BA

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

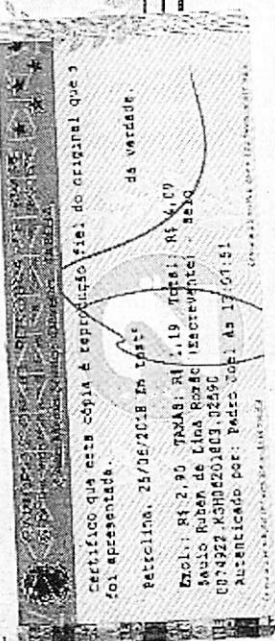
Petrolina (PE), 20 de julho de 2015.

Alane Pereira de Oliveira  
Secretária de Registro e  
Controle Acadêmico

Gilmara Pires Granja  
Diplomada

Julianeli Colentino de Lima  
Reitor

017674



017675

## PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA - ANEXO VII

34



ATESTADO

Declaro para os devidos fins que a Sra. GILMARA PIRES GRANJA, maior de idade, solteiro, inscrito no CPF sob o número 086.606.414-18, portador do RG: 1337614017 SSP/BA, não tem antecedentes de doenças crônicas ou uso de medicação diária, realiza atividade física regular; no momento do exame, não apresenta sinais ou sintomas de doença física ou mental.

E.F: Bom estado geral, lúcida, orientada em tempo e espaço, conversa coerente.

Ausculata cardíaca com batimentos cardíacos normofonéticos, em 2 tons sem ruídos agregados. Ausculata pulmonar com murmúrio vesicular bilateral positivo sem alterações.

Manobras de Tinel, Phalen, Flinckstein negativas

Encontra-se em boas condições de saúde, estando APTA para realizar atividades trabalhistas na sua área de formação

PA= 110/90 mmHG,

FC 80 bpm

Lucas M. Lordeiro  
Médico do Trabalho  
CRM-PE 20445 / BA 26224

Petrolina PE (07) de Maio de 2018.



|   |                   |                      |                |
|---|-------------------|----------------------|----------------|
|   | <b>RECURSO</b>    |                      |                |
| <b>WYARA CORDEIRO VALENÇA<br/>HERCULANO</b> | <b>30/07/2018</b> | <b>Doc. 526/2018</b> | <b>Deferir</b> |

**BRUNO OLIVEIRA PINTO**, DOC. Nº 604/2018, INSCRIÇÃO Nº 3853 e CLASSIFICAÇÃO Nº 52, inabilitado por sem experiência, Reg. Estadual Irregular, SPC sem SERASA.

Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume X (10), o licitante anexou documentação para reanálise, porém não sanou as falhas detectadas, resultando no **indeferimento** de seu recurso, pois a comprovação que consta do Processo não atinge o tempo mínimo de experiência, e a declaração que apresentou no recurso não consta do Processo, mesmo assim, não somaria ao tempo mínimo de experiência exigida pelo Edital e Declarada, pois não é possível acatar documento novo nesta fase da Licitação.

|                             |                         |                      |                  |
|-----------------------------|-------------------------|----------------------|------------------|
| <b>NOME</b>                 | <b>DATA<br/>RECURSO</b> | <b>PROTOCOLO:</b>    |                  |
| <b>BRUNO OLIVEIRA PINTO</b> | <b>01/08/2018</b>       | <b>Doc. 604/2018</b> | <b>INDEFERIR</b> |

**JUCIEL COELHO RODRIGUES**, DOC. Nº 583/2018, INSCRIÇÃO N.º 5145 E CLASSIFICAÇÃO N.º 396, EXPERIÊNCIA INSUFICIENTE.

Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume LXVII (67 ), o mesmo não comprovou na sua documentação experiência em irrigação conforme informado na inscrição. A documentação anexada não pode ser acatada. Sendo assim optamos pelo seu **indeferimento**.

|                                |                         |                      |                  |
|--------------------------------|-------------------------|----------------------|------------------|
| <b>NOME</b>                    | <b>DATA<br/>RECURSO</b> | <b>PROTOCOLO:</b>    |                  |
| <b>JUCIEL COELHO RODRIGUES</b> | <b>01/08/2018</b>       | <b>Doc. 583/2018</b> | <b>INDEFERIR</b> |

**GILMARA PIRES GRANJA**, DOC. Nº 568/2018, INSCRIÇÃO N.º 5527 E CLASSIFICAÇÃO N.º 573, NÃO COMPROVOU EXPERIÊNCIA , APRESENTOU ESTÁGIO ESCOLAR.

Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume XCV (95 ), a mesmo não comprovou na sua documentação experiências, todos documentos como estágio apresentado, não é experiência e sim aprendizado. Diplomas e Certificados de Mestrado so comprovam escolaridade e aprendizado. Declarações e documentos particulares sem homologação do Sindicato também não serão acatados pela Comissão. Carteira profissional não informa quais as atividades da mesma. Como a experiência não comprova conforme informado e previsto no Edital. Somos favorável ao seu **indeferimento**.

| NOME                 | DATA<br>RECURSO | PROTOCOLO:    |                  |
|----------------------|-----------------|---------------|------------------|
| GILMARA PIRES GRANJA | 01/08/2018      | Doc. 568/2018 | <b>INDEFERIR</b> |

**RODRIGO CINTRA DE MACEDO**, doc. Nº 576/2018, Inscrição nº 3417 e Classificação nº 217 inabilitado, devido renda insuficiente, experiência insuficiente e declaração de experiência sem autenticação, alega que por esquecimento não colocou os documentos: declaração de experiência e comprovação de renda.

**Análise:** A análise de seu recurso aponta que o proponente anexou documentos novos que não sanou as falhas detectadas o que não retifica o parecer anterior, resultando no indeferimento.

| NOME                        | DATA<br>RECURSO | PROTOCOLO:    |                  |
|-----------------------------|-----------------|---------------|------------------|
| RODRIGO CINTRA DE<br>MACEDO | 01/08/2018      | Doc. 576/2018 | <b>INDEFERIR</b> |

**JOÃO CARLOS MAPURUNGA**, doc. Nº 562/2018, Inscrição nº 1319 e Classificação nº 129, inabilitado devido a declaração de experiência com gerenciamento sem homologação do sindicato e sem Serasa. Apesar de o proponente informar que o Sr. José Bosco Farias Junior é proprietário da empresa Farias Góes Agrícola Ltda, a declaração foi expedida em nome de pessoa física com CPF 424.364.355-53 do Sr. José Bosco Farias Junior, alega que a declaração apresentada, mesmo sendo em nome de pessoa física é equiparada a pessoal jurídica, por conta